

AS ARMADILHAS DA CIDADANIA

José Luís Vieira de Almeida

Professor Doutor no Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo, Brasil

Professor Doutor na Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil

Apresentação

Falo do contexto brasileiro, pois é o único que conheço bem; mas creio que, tanto em Portugal quanto em África, as realidades não sejam distintas daquela que se passa no Brasil.

Entre os educadores brasileiros, nos últimos vinte anos, é comum a idéia de que eles são os responsáveis por “transformar” os estudantes em cidadãos. Assim, o compromisso de “formar o cidadão crítico e consciente” aparece nos projetos de ensino, desde os currículos até os planos de aula, abrangendo todos os níveis de ensino, do infantil ao superior. Ao assumir o compromisso de “formar o cidadão”, o professor parece desobrigar-se de ensinar aos seus alunos e, desta forma, quase todos os docentes brasileiros perderam a capacidade de compreender o que, efetivamente, fazem ou deveriam fazer. Por isso, esses professores quando indagados acerca do que fazem, normalmente respondem como o fazem. Alguns chegam a admitir que ensinam, mas, ao responderem à pergunta “o que é ensinar?”, também se referem ao como ensinam. Essa situação é dissimulada pela difusão, por parte de muitos daqueles que estudam a educação brasileira, de concepções como a de “professor reflexivo” de Nóvoa (1992, 1997) ou a de “epistemologia da prática” de Schön (1992; 2000), ou ainda a de “conscientização” de Freire (1980); todas elas, devidamente, associadas à idéia de exercício da cidadania ou da necessidade de formar o “cidadão crítico e consciente”.

A cidadania

De acordo com os seus principais formuladores, como por exemplo, John Locke (1632-1704), o exercício da cidadania decorre da relação entre o indivíduo e o Estado, por meio da correspondência entre direitos e deveres. Portanto, não há como tornar-se cidadão, pois esta é uma prerrogativa que nasce com o indivíduo e que lhe é outorgada

pelo Estado. A cidadania é fundada na igualdade formal que institui o preceito de que todos os membros da sociedade são cidadãos desde que não haja a quebra da correspondência entre o direito e o dever por parte do indivíduo. Por isso, não é possível ensinar os estudantes a serem cidadãos, como quer a maior parte dos professores brasileiros.

No Brasil, a idéia de que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e, portanto, são cidadãos ¹ foi assimilada pelo discurso dos professores e educadores em geral, sobretudo aqueles que trabalham em escolas públicas ou organizações não-governamentais, a partir da discussão que antecedeu à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – no ano de 1990 e que se ampliou após a sua vigência. Expressões como “conquista da cidadania”, “luta pela cidadania” e “resgate da cidadania”, que sustentam aquele discurso, não têm o menor sentido diante do conceito de cidadania. Como é possível, por exemplo, “conquistar a cidadania” se ela é um atributo do indivíduo? O mesmo ocorre com a idéia de “luta pela cidadania”. Se é preciso lutar por ela, então, o sonhado status de cidadão não está garantido. É ainda mais difícil explicar o resgate da cidadania, pois só é necessário “resgatar” algo que foi perdido. Quando é que as crianças e adolescentes brasileiros pobres já foram cidadãos?

Cabe-me informar aos leitores que, no Brasil, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, ligado ao Ministério do Planejamento do governo brasileiro, cerca de 1% da população mais rica detém uma renda equivalente à dos 50% mais pobres. Ainda, segundo o estudo, o país está na frente só de Serra Leoa no ranking da desigualdade social. Diante do exposto, a pergunta que me resta é: como é possível falar em cidadania no Brasil?

Há, porém, alguns intelectuais brasileiros de renome como, por exemplo, Gadotti (1999), Romão (2000) e Benevides (1996) que defendem a possibilidade e até mesmo a necessidade da re-significação do conceito de cidadania. Para isso, recorrem à adjetivação e, assim, formulam outros conceitos, como por exemplo, os de “cidadania planetária” (Gadotti), “escola cidadã” (Romão) ou “cidadania ativa” (Benevides). O uso

¹Cf. COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *De Menor a Cidadão*. Ministério da Ação Social; Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência, sd. e SOUZA NETO, João Clemente de. *De menor a Cidadão: filantropia, genocídio, políticas sociais*. São Paulo: Nuestra América, 1993.

de adjetivos na formulação de conceitos ao contrário de qualificá-los termina por desqualificá-los, porque os conceitos não admitem qualidade. Assim, qualificar a cidadania como ativa ou planetária, no contexto da sociedade burguesa, é redundante, pois é pressuposto da cidadania ser, por exemplo, ativa ou planetária, afinal, ela é uma das formulações por meio das quais a ideologia burguesa se expande. Assim, esses adjetivos são atributos da própria cidadania e, desta forma, não podem distingui-la de outra cidadania. Nesses casos, o adjetivo, ao contrário de esclarecer, obscurece o sentido do conceito, estreitando a sua vinculação à ideologia burguesa. O mesmo processo ocorre com o conceito de “escola cidadã”. Na sociedade burguesa, um dos principais propósitos da escola é prover a cidadania.

A defesa da adjetivação dos conceitos é, normalmente, fundada na distinção entre a concepção burguesa e o novo sentido a ser conferido a eles para distingui-los da primeira aceção com o fito de superá-la, o que permitiria, re-significar os conceitos. Porém, de acordo com Lefebvre (1983), conceitos como o de cidadania não podem ser re-significados, porque estão vinculados a uma ideologia, no caso, a ideologia burguesa e, portanto, necessariamente, a reproduzem. Em outras palavras, não pode haver cidadania que não seja burguesa. Assim, o único adjetivo que poderia ser associado à cidadania é o “burguesa”.

Conclusão: a que veio a cidadania.

Como militante, no Brasil, de movimentos sociais, sobretudo aqueles ligados aos “meninos e meninas de rua”, desde meados da década de 70 do século XX, acompanhei, de perto, o processo de re-significação do conceito de cidadania.

A oposição ao regime militar, que vigorou no país entre 1964 e 1985, difundia basicamente, duas idéias a de transformação social e a de construção de uma sociedade justa. Nelas estava presente a noção do combate à desigualdade e às injustiças sociais, além de ao autoritarismo. Vários intelectuais brasileiros participaram desse processo, como por exemplo, Florestan Fernandes (1920 – 1995), Maria Nilde Mascelani (1931 – 1999) e Maurício Tragtemberg (1929 – 1998). Com o término da ditadura militar, que não implicou o fim das desigualdades, nem das injustiças sociais, nem tampouco do autoritarismo, as idéias de transformação social e de construção de uma sociedade justa

foram dando lugar à noção de cidadania e, neste mesmo processo, muitos movimentos sociais foram transformados em Organizações Não-Governamentais – ONGs e passaram a dedicar-se à assistência a segmentos sociais específicos, como por exemplo, as mulheres vítimas de violência, as crianças portadoras da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA, ou aos portadores de necessidades especiais, em nome do resgate da sua cidadania. Dessa forma, a transformação social deu lugar à reforma, e o combate às injustiças e à desigualdade sociais, bem como ao autoritarismo. Esse combate foi substituído por formulações ligadas à cidadania: conquista da cidadania, resgate da cidadania, ou direito à cidadania, entre outras. Em outras palavras, a idéia de cidadania, por estar incorporada à ideologia burguesa, além de esconder a necessidade de transformação social, assume um cunho “lacunar”,² ou seja, assume o sentido que cada grupo de indivíduos lhe queira dar, atendendo, assim, aos seus interesses. O mesmo acontece com o adjetivo cidadã: a escola cidadã, por exemplo, pode ter várias configurações que variam de acordo com a noção de cidadania do grupo que organiza tal escola.

A concepção de cidadania está vinculada ao ideário burguês, portanto, lançar mão dela, no âmbito da educação, como parâmetro de justiça e equidade sociais, implica concordar que ambas se realizam apenas no plano formal e, por isso, escondem a injustiça e a desigualdade reais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVIDES, Maria Victória de M. *A Cidadania Ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1996
- FREIRE Paulo, *Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- GADOTTI, Moacir, *Cidadania Planetária*. In: GUTIERREZ, Francisco; PRADO Cruz R. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez, 1999
- LEFEBVRE, Henry. *(La) presencia y la ausencia*. [trad. Fondo Nacional de Cultura] México: 1983.

² Cf: CHAUI, Marilena de S. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981.

NÓVOA, António. (Org.). *Os professores e a sua formação*. 3ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

_____. (org.). *Profissão professor*. Porto. Porto Editora. 2ª edição. 1992.

ROMÃO, José Eustáquio. *Dialética da diferença: o projeto da escola cidadã frente ao projeto pedagógico neoliberal*. São Paulo : Cortez, 2000.

SCHÖN, Donald. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2000.

_____. *Formar professores como profissionais reflexivos*. IN NÓVOA, Antonio
Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.